

FONTE : Gazeta Mercantil

CLASS. : Florestas / Demat

DATA : 24 / 02 / 92

PG. : 14 / 147

CLIMA

Efeitos da devastação da Amazônia são ponderáveis, conclui pesquisador

por Regina Scharf de Belém

Cada vez que um criador de gado desmata 2 mil hectares da floresta amazônica para transformá-la em pastagens, está emitindo tanto gás carbônico e outros elementos promotores do chamado efeito estufa quanto uma cidade de 280 mil pessoas, durante um ano.

Somadas todas as emissões já produzidas pela derrubada de 40 milhões de hectares em toda a Amazônia brasileira — cerca de 10% da floresta original, equivalente ao território da Finlândia —, seu impacto sobre o clima do planeta pode ser ponderável.

Como, porém, dimensionar esse impacto é um desafio para a comunidade científica, em razão de dificuldades metodológicas impostas pela complexidade de uma floresta tão heterogênea como a amazônica. Nas contas do ecólogo Philip Fearnside, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que estuda a região há dezesseis anos, o deflorestamento da Amazônia é responsável por 5% do efeito estufa registrado no mundo.

O efeito estufa é o aquecimento global da terra decorrente do aumento da concentração de determinados gases na atmosfera — sobretudo o dióxido de carbono ou gás carbônico (CO₂), o monóxido de carbono (CO) e o metano (CH₄). Emitidos pela queima de combustíveis fósseis em indústrias, termoeletricas ou por veículos, ou pela decomposição da matéria orgânica, estes gases podem, de um modo geral, ser "capturados" pela vegetação, que os incorpora na forma de matéria orgânica. Para "capturar" novas emissões destes gases, é necessário plantar novas árvores.

PULMÃO

A Amazônia não é um filtro ou sumidouro dos excessos de carbono, um mito bastante difundido nos últimos anos. Fearnside, que recebeu o prêmio Global 500 das Nações Unidas pelo seu trabalho no INPA, diz que a floresta está em equilíbrio — consome e emite gases sempre na mesma proporção. "Se não fosse assim, ela cresceria sem parar, devido à incorporação contínua de carbono à sua massa."

"Existe uma crença de que cada metro quadrado da Amazônia fixa nove quilos de gás carbônico por hora", diz o pesquisador. O problema é que esse cálculo foi feito ao meio-dia, no pico da fotossíntese. Se for tirada uma média de 24 ho-

Incrá contesta denúncias

por Andréa Doré de Brasília

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) divulgou sexta-feira uma nota explicativa respondendo às denúncias do pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Philip Fearnside, para quem os critérios de titulação de terras do governo incentivam o desmatamento. O INCRA garante que não existe a relação apontada pelo pesquisador de que para cada hectare desmatado é concedida a titulação de outros cinco hectares. Esta avaliação seria fruto de uma "interpretação errônea".

Philip Fearnside baseia suas denúncias, contra algumas regras da administração federal, no fato de que o desmatamento só será contido com a "redução dos fatores que trazem lucro para esta atividade", como afirmou a este jornal na semana passada, em Manaus. Ele alega que o INCRA considera a derrubada de árvores uma benfeitoria no momento de avaliar se a terra está efetivamente ocupada.

Na resposta de sexta-feira, o INCRA explica que não é verdadeira esta avaliação, mas considera que não há outros meios, além da existência de áreas desmatadas, para que sobreviva uma "propriedade agropecuária numa região como a amazônica".

Quanto à porcentagem da área rural que deve ser preservada, o INCRA afirma que na região amazônica a lei exige 50% da propriedade na forma de floresta. Em outras regiões, esta participação pode cair para 20%. Ainda nos estados envolvidos pela selva amazônica, o INCRA só concede o título para módulos rurais de até 100 hectares, depois de um ano de ocupação e de outros quatro quando se comprova a capacidade do proprietário de produção e de preservação da área.

O INCRA ainda salienta que o trabalho de seus técnicos e superintendências regionais vem sendo desenvolvido em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

ras, considerando-se a emissão de gás carbônico pela respiração das plantas, o balanço final será zero.

O desflorestamento da Amazônia emite quase três vezes mais carbono do que a indústria e os meios de transporte de todo o País, com a desvantagem adicional de trazer pouquíssimos benefícios econômicos e grandes perdas ambientais. Fearnside estima que cada um dos 140 milhões de brasileiros emite cerca de 714 quilos de carbono por ano devido à queima de óleo ou carvão. A queimada ou corte de uma gleba de um hectare pode emitir tantos gases do efeito estufa quanto 140 pessoas. Para o pesquisador, tal impacto não compensa os lucros obtidos com a derrubada, já que em menos de dez anos a terra perde sua fertilidade.

Mais grave do que a emissão de carbono já promovida pela derrubada de trechos da floresta é aquela que ainda poderá ser feita no futuro. "Se a maior parte da floresta fosse cortada, promoveria uma liberação gigantesca de gases", diz Fearnside. Isso poderia modificar o regime das chuvas, as temperaturas do globo e o nível dos mares.

Ele teme que tal hipótese tenha grandes chances de ocorrer, uma vez que se espera um rápido esgotamen-

to das florestas asiáticas, responsáveis pela produção de 44% das madeiras hoje consumidas no mundo, contra apenas 2% vindas do Brasil. A pressão do mercado nos próximos anos poderia valorizar a madeira amazônica, condenando a floresta e promovendo profundas mudanças climáticas.

CÁLCULOS COMPLEXOS

Calcular os efeitos do desmatamento da Amazônia sobre a camada de ozônio e o efeito estufa é mais difícil do que parece. Enquanto a decomposição da madeira derrubada promove a liberação de gás carbônico, a ação dos cupins sobre a lenha e a digestão do capim pelo gado promovem a emissão de metano, um gás mais instável que o CO₂ mas com uma capaci-

dade 35 vezes maior de absorver luz e calor. Grandes complexos hidrelétricos, como Tucuruí, no Pará, também representam fonte permanente de metano, já que os nutrientes e a madeira acumulados no fundo de seus lagos permanecem num ambiente pobre em oxigênio, favorável à produção do CH₄.

Se o gás carbônico dura em média 120 anos, o metano não fica mais do que 15 anos na atmosfera. Entretanto, pesquisas da agência espacial norte-americana, a NASA, indicam que a Amazônia apresenta a maior concentração de monóxido de carbono do planeta, um gás que contribui para o efeito estufa e promove reações químicas que indiretamente aumentam a vida média do metano, ampliando seu poder destruidor.

Philip Fearnside explica que a queimada inicial de uma floresta costuma produzir chamas muito quentes e liberar grandes quantidades de gás carbônico e menores taxas de metano, monóxido de carbono e óxidos de nitrogênio. Já as queimadas periódicas promovidas pelos pecuaristas em seus pastos, para evitar a expansão de ervas daninhas, queimam os restos de troncos da mata original, o que produz brasas que queimam por vários dias, emitindo maiores quantidades de metano e outros gases do que de dióxido de carbono.

DIVERSIDADE

As emissões também variam conforme a composição e a densidade da mata. Segundo o pesquisador, há 29 tipos de vegetação na Amazônia Legal, sendo 19 florestas. Para chegar à estimativa de que o desmatamento da região é responsável por 5% do efeito estufa mundial ele teve de usar levantamentos feitos pelo governo brasileiro e pelas Nações Unidas em 3 mil hectares selecionados nos vários ambientes amazônicos e extrapolar os dados para toda a área já desmatada.

MONITORAMENTO

INPE promove conferência

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos, vai sediar a primeira Conferência Mundial sobre Monitoramento de Florestas, nos dias 24 e 29 de maio, uma contribuição à Eco-92 que acontece em junho no Rio de Janeiro. O evento também faz parte das comemorações ao Ano Internacional do Espaço,

coordenadas pelo Fórum das Agências Espaciais. A conferência, organizada pelo INPE e pelo Centro Europeu de Pesquisas Conjuntas da Comissão da Comunidade Européia, contará com a participação de representantes de Agências Espaciais e organizações de pesquisadores de 15 países.